



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
Sulina

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO
CNPJ 80.869.886/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
www.sulina.pr.gov.br



PARECER

LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2023 (

PROCESSO: n.º 101/2023

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A USO DA APAE DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR”

RECORRENTE: BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 42.418.039/0001-73, e inscrição estadual nº 90897220-10, estabelecida na RUA JAIR BATISTA DE OLIVEIRA, Nº 166, CIDADE INDUSTRIAL - CURITIBA / PR,

RAZÕES DO RECURSO

Em síntese, a Recorrente alega que a proposta apresentada pela empresa Recorrida é incompatível com o objeto desta licitação, haja vista que não atende às especificações editalícias, pelas razões de fato e direito a seguir aduzidos. A vencedora do Item 02 – BICICLETA ERGÔMETRICA HORIZONTAL.

Em relação ao item supracitado, a empresa Recorrente se posicionou da seguinte maneira:

“Está sendo solicitada no Termo de Referência que o equipamento oferecido tenha: PAINEL COM GRANDE VISOR LCD (UTILIZA 2 PILHAS TAMANHO AAA 1,5 V INCLUSAS). A Bicicleta da Marca Dream, Modelo HVN H1 que está sendo oferecido pela vencedora do item possui painel autoscan de tamanho bem pequeno,

Tal informação pode ser observado no link enviado a cima, a marca não atende as especificações solicitadas no termo de referência, oferecendo um equipamento inferior ao descrito em edital.

Porém, estranhamente PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EIRELI foi declarada vencedora, mesmo ofertando produto diverso do solicitado no Termo de Referência. Assim, visando o interesse público e a isonomia no procedimento licitatório, requer-se que seja desclassificada a proposta do PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, por apresentar produto com características



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO
CNPJ 80.869.886/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
www.sulina.pr.gov.br



diversas das solicitadas no edital. Portanto, por todo o exposto, a desclassificação do PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, declarado vencedor para o item 02 o meio mais adequado para garantir a isonomia no processo licitatório, assim como assegurar o princípio da vinculação ao edital e, acima de tudo, o interesse público.).

Por fim, prezando pelo respeito ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da igualdade entre os licitantes e da isonomia, a Recorrente solicita que a Comissão de Licitações pede que seja dado provimento ao Recurso, com o fim de desclassificar a empresa PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, por apresentar proposta com características divergentes ao Termo de Referência;” como vencedora do certame.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

A Recorrida verificando-se os autos não apresentou as contrarrazões, muito embora devidamente intimado, visando à oferta da respectiva manifestação.

MÉRITO

A Administração Pública, ao materializar o processo licitatório, consubstancia a determinação constitucional no que tange à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, preconizadas no art. 37, caput. Regulamentando o procedimento, a lei 8.666/1993 estabelece a estrita vinculação da Administração às normas e condições do instrumento convocatório (Lei nº 8.666/93, arts. 3º, 41º e 43º), razão pela qual está adstrita à plena observância de suas disposições, não podendo olvidar do seu cumprimento.

Nesse ínterim, corrobora o doutrinador Marçal Justen Filho:

[...] O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las [...]. (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420).



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA
Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO
CNPJ 80.869.886/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
www.sulina.pr.gov.br



De início, cumpre ressaltar que o Recurso Administrativo foi interposto no prazo e forma legais, tal como previsto no art. 4º, inciso XVIII, da Lei n.º 10.520/2002, pelo que deve ser conhecido.

Da análise do presente recurso, infere-se que as alegações feitas pela empresa BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO”, não devem prosperar, podendo ser observado, a seguir, e de forma fundamentada, os fatos que levaram a esse entendimento.

i. **DA PROPOSTA INCOMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO**

O Edital do certame é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ao analisar a alegação da Recorrente no sentido de que a proposta apresentada pela empresa vencedora não atende as especificações do Termo de Referência, A comissão de licitação realizou diligência, solicitando parecer técnica da APAE acerca compatibilidade do equipamento ofertado na proposta vencedora com os que foram solicitados no Termo de Referência.

INCLUSÃO DE PARECER TÉCNICO + DADOS TÉCNICOS COMPARATIVOS

Como resposta à consulta, a equipe técnica da APAE nos informou que, em relação ao Item 02 – (BICICLETA ERGÔMETRICA HORIZONTAL):



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de

SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br



“Referente a Bicicleta ergometrica horizontal magnética, desing arrojado e ergonomia amplas regulagens adequadas a usuarios de qualquer estatura e peso maximo suportado 120kg. possui medição de batimentos cardíacos, painel de grande visor LCD, com que mede tempo, velocidade , calorias, monitoramento cardiac e scan, ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES”.

Com base nas informações expostas, observamos que a empresa Recorrida (vencedora do certame) cumpriu com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Além do mais, é imperioso destacar aqui que a proposta vencedora atendeu o art. 41 da Lei n.º 8.666/93, que materializa o princípio geral da vinculação ao instrumento convocatório, inserido em seu art. 3º, já citado anteriormente neste documento.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

É INTERESSANTE, TAMBÉM, INSERIR JURISPRUDÊNCIAS (ACÓRDÃOS, ETC.). POR ESTE CASO SER SIMPLES, OPTEI POR NÃO INSERIR

Sobre o assunto, convém trazer à baila a respeitada doutrina de JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo, Atlas. P. 246.) (grifos nossos)

Desta forma, a Administração pode habilitar empresa que cumpriu o disposto em edital, sob pena de mudar as regras do certame após o seu início, ferindo de sobremaneira os princípios da legalidade, da igualdade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

É importante ressaltar que a empresa vencedora apresentou a proposta em conformidade com o instrumento convocatório.



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de

SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br



Nos ensinamentos do saudoso CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão da sua estrutura mestra. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 943.)

Neste contexto, resta cristalino que a manutenção da decisão inicial de manter a proposta da empresa PLG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA como vencedora, não fere os princípios basilares do Processo Licitatório, em especial, o da isonomia, que garante tratamento igualitário entre os participantes, e o da vinculação ao instrumento convocatório, que busca vincular a Administração e os licitantes aos termos do edital.

DECISÃO

Nos termos da fundamentação exarada, este assessor jurídico entende ser IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO

Após decisão, intimem-se os interessados.

É o parecer *smj*, que submeto à consideração superior.

Sulina (PR), 26 de junho de 2023.

ANTONIO LUIZ PAZIN
Advogado Concursado
OAB/PR 60.862



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E8D5-26F6-67BD-9CEA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO LUIZ PAZIN (CPF 580.XXX.XXX-53) em 15/12/2023 09:14:31 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://sulina.1doc.com.br/verificacao/E8D5-26F6-67BD-9CEA>